

GERAÇÃO DE RENDA (GerAção/POA): MATEMÁTICAS DESSE CONTEXTO

Guilherme Franklin Lauxen Neto
Colégio Marista Pio XII / Colégio Adventista de Esteio
lauxeng@gmail.com

Josaine de Moura Pinheiro
UNISINOS / CMPA
dra.josainemourapinheiro@gmail.com

Suelen Assunção Santos
UNISINOS / CESUCA
suelenassuncao@yahoo.com

Resumo:

O artigo tem por escopo descrever e analisar enunciações que circulam no meio institucional do GerAção/POA sobre matemática(s) necessária(s) para os usuários serem “*protagonistas da própria vida*”. Pensando na inclusão e nas necessidades matemáticas que estes sujeitos podem vir a apresentar, questionamos se a matemática escolar pode ser uma forma de exclusão e como isso pode ocorrer. O material empírico foi composto por quatro entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da saúde que atuam naquele ambiente. Como suporte teórico, utilizamos as teorizações de Foucault. O estudo mostrou a necessidade de um ensino de matemáticas que atendam às demandas originadas nas práticas dos usuários de maneira a possibilitarem uma autonomia social e econômica. A matemática escolar não é adequada para os usuários do GerAção/POA, visto que possui uma linguagem formal distante da utilizada pelos sujeitos desse espaço e se afasta das necessidades demonstradas por eles.

Palavras-chave: Educação; Matemáticas; Inclusão.

1. Introdução

O que consideramos ser um sujeito normal? O que define um sujeito como anormal? Estas indagações/relações são cada vez mais frequentes nos ambientes de aprendizagem, uma vez que os discursos sobre inclusão estão se tornando imperativos na sociedade em que vivemos.

O indivíduo categorizado como normal é aquele que se permite ser assujeitado e, pelas relações de poder, se deixa ser disciplinado, normalizado e *moldado* segundo práticas discursivas e não-discursivas produzidas por uma sociedade que governa e é governada e também produtoras dessa mesma sociedade.

O que faz a norma é justamente mostrar a construção discursiva da anormalidade, que, ao contrário do que se pensa, não enclausura ninguém numa natureza. As noções de “anormais”, “deficientes”, “portadores de necessidades educativas especiais” não são entidades, não são em si ou ontologicamente isso ou aquilo,

tampouco são aquilo que poderíamos chamar de desvios naturais a partir de uma essência normal; são identidades construídas nos jogos de linguagem e de poder e assumem os significados que elas têm (LUNARDI-LAZZARIN, 2008, p. 87).

Uma das redes discursivas que produzem o anormal emerge das políticas de inclusão escolar. Estas categorizam indivíduos e assim fazem com que eles, muitas vezes, cheguem aos espaços escolares com um pertencimento a uma categoria já definido, impedindo-o de ser outra *coisa*. Na contemporaneidade, os que se consideram *normais* decidem sobre a vida dos *anormais*, estabelecendo meios e métodos de *correção* para que os *anormais* sejam aproximados o máximo possível da norma *normal*. Em outras palavras, “as pessoas com deficiência, com síndromes, são historicamente identificadas como páreas sociais em função de um conjunto de igualdades mais ou menos constantes que acabam por definir seu lugar na sociedade: lugar de exclusão” (BRASIL, 2005, p.7).

Nessa lógica complexa de in/exclusão é que questiono o papel da Matemática nos ambientes de aprendizagem e nas políticas de inclusão, particularmente, no projeto GerAção/POA. Desenvolvido no município de Porto Alegre, o projeto tem como escopo a inclusão psicossocial pelo trabalho, direcionando-se a pessoas que possuem um sofrimento psíquico grave ou persistente, as quais nesse meio recebem uma denominação específica, a de *usuários*. O direito de receber oportunidades de ensino, dentro de suas peculiaridades, deve ser a premissa para qualquer proposta que tenha como foco a inclusão, pois sujeitos da diferença não podem receber o mesmo ensino de sujeitos categorizados como *normais*; em outras palavras, esses sujeitos necessitam receber um ensino adequado às suas demandas.

Neste estudo, procuramos descrever e analisar enunciações que circulam no meio institucional do GerAção/POA sobre matemática(s) necessária(s) para os usuários serem *protagonistas da própria vida* (categoria que circula no GerAção/POA, para os usuários que se tornam independentes). Discursos sobre inclusão de sujeitos que são tomados como *anormais*, na contemporaneidade, e que são público do projeto GerAção/POA, mediante a capacitação para que sejam *integrados* na sociedade por meio de independência financeira, capturaram-nos e impulsionaram este estudo. Aqui, buscamos escrutinar os materiais das oficinas oferecidas pelo projeto, de maneira a trazer para a visibilidade as Matemáticas presentes.

Para empreender o estudo, realizamos quatro entrevistas semiestruturadas com membros da equipe de funcionários do GerAção/POA, sendo os sujeitos três terapeutas ocupacionais e uma psicóloga. Esses indivíduos foram escolhidos por terem envolvimento diário com as oficinas desenvolvidas e disponibilidade de participação na pesquisa. As

entrevistas constituíram o material de pesquisa, o qual foi analisado utilizando-se Análise do Discurso, a partir das teorizações de Michel Foucault, segundo as quais os discursos produzidos são analisados buscando-se ler o que está escrito, ou seja, reconhecendo-se o que o sujeito quer dizer, sem a pretensão de interpretar o que está escrito. Portanto, analisamos o que está escrito a partir de recorrências dos ditos.

2. Geração POA

O projeto GerAção/POA, é parte integrante da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município de Porto Alegre. Nesta seção, apresentamos brevemente um histórico e também o funcionamento dessa rede, com o intuito de justificar a importância de projetos como o GerAção/POA no contexto da saúde mental.

A partir da Reforma Sanitária, foi criada a Rede de Atenção Psicossocial, na qual no centro se encontra o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O CAPS configura-se como uma das principais ferramentas das políticas que reestruturam a atenção em saúde mental. Deve articular redes de saúde e de promoção de vida comunitária e autonomia dos usuários. Para cada usuário é construído um Plano Terapêutico Singular, um conjunto de propostas terapêuticas articuladas em discussão coletiva interdisciplinar que tem por meta a reabilitação psicossocial. Dentre as propostas terapêuticas, destacam-se as oficinas terapêuticas, divididas em oficinas expressivas e oficinas de geração de renda. As oficinas podem ser propostas por qualquer profissional do CAPS de nível médio ou superior e devem promover ações em saúde, trabalho, educação e inclusão.

Vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, o GerAção/POA caracteriza-se como um projeto que possibilita, a usuários dos CAPS, vivências de trabalho e trocas sociais e solidárias por meio das oficinas terapêuticas, sendo considerado como uma das ações psicossociais que compõem a rede de saúde mental do município de Porto Alegre. No ano de 2015, o projeto atendeu um público de cerca de 180 usuários que se encontravam, em sua maioria, em sofrimento psíquico grave ou persistente e afastados do trabalho.

A equipe de profissionais desenvolve atividades balizadas pelo objetivo de integrar o usuário com a comunidade à qual pertence, mas com foco na inclusão social.

O GerAção/POA desempenha uma função específica dentro da Rede de Atenção Psicossocial, pois, dentre as atividades oferecidas, cabe à geração de renda desenvolver ações para a reinserção do usuário no trabalho formal ou informal. Assim sendo, compõe-se um

conjunto de oficinas, em um total de nove, das quais, destacamos: Serigrafia, Papel Reciclado, Costura, Velas e Projeto Agenda, que são as relacionadas com geração de renda e trabalho. Em cada uma dessas oficinas, procuramos inicialmente conteúdos da Matemática escolar que pudessem ser utilizados para facilitar o trabalho dos usuários e capacitá-los para serem competentes na gerência dos seus recursos financeiros.

3. Oficinas de Geração de Renda

As oficinas do GerAção/POA são diversas, de maneira a abarcar o maior número de usuários e de acordo com o interesse e a viabilidade de trazer um retorno financeiro para os sujeitos que necessitam. Trago para visibilidade alguns aspectos que parecem relevantes e conteúdos matemáticos que apareceram em nossas análises, garimpados e descritos a partir de conhecimentos que possuímos sobre o tema e das descrições de cada ação. As oficinas são:

a) Serigrafia: os usuários *customizam* vestimentas em geral, bolsas e materiais para eventos. Nessa oficina, a geometria poderia ser útil, pois o usuário precisa localizar o ponto central do objeto a ser *customizado*. Além disso, a exploração de formas geométricas, verificando-se a área e o perímetro de cada uma, ajudaria na estimativa da quantidade de tinta que será utilizada e do valor gasto com o material. Para determinar o preço final do produto, o usuário necessita de cálculos básicos (soma, subtração, multiplicação e divisão) e matemática financeira (porcentagem e conceitos de valor bruto e valor líquido).

b) Papel Reciclado: o papel pode ser produzido a partir de receitas quando há uma encomenda específica ou produzido de forma aleatória. Nessa oficina, são produzidos artesanatos, tais como: blocos, pastas, agendas, álbuns, marcadores de páginas, cartões e folhas. Para a produção de agendas e álbuns, os usuários também trabalham com cartonagem. Na produção de papel, pode-se perceber a utilização dos conceitos de razão e porcentagem, uma vez que são utilizadas receitas, nas quais são empregados os conceitos de unidades de massa e volume. Na cartonagem, a principal ferramenta utilizada é a régua e, por consequência, as unidades de medida. A geometria é usada no cálculo de áreas e de aproveitamento máximo de papel, bem como no cálculo de sobras e *abas* para a realização da colagem. Na determinação do preço final, são utilizados conceitos de matemática financeira (porcentagem, valor bruto e líquido). Para a compra de materiais, são necessários a ideia

de aproveitamento de papel para evitar desperdício e o planejamento de compra (quanto comprar e preço).

c) Costura: atividade em que os usuários costuram vestuários diversos que são comercializados em feiras e no próprio ambiente do GerAção/POA. A geometria pode ser reconhecida em processos como: medida de um tecido, reconhecimento das formas geométricas, cálculo de área e de aproveitamento máximo de um tecido, cálculo de sobras e *abas* para a realização da costura, visualização espacial para a adequação do tecido ao corpo (conceitos de altura, largura, silhueta), entre outros que podem não ter sido observados.

d) Velas: nesta oficina, a matemática pode ser observada principalmente na compra dos materiais necessários para a produção (parafina, pavio, corantes e essências). São também utilizados os conceitos de massa e temperatura, empregando-se unidades de massa e o termômetro para o manuseio da parafina.

e) Projeto Agenda: é uma das principais atividades da GerAção/POA, sendo resultado do trabalho coletivo dos usuários-trabalhadores, que se responsabilizam por todas as suas etapas: processo criativo; pesquisa; planejamento; gerenciamento de custos; produção; comercialização e administração da renda.

4. In/exclusão × matemática escolar

A escola, pelo seu conservadorismo, está afastando alunos. A educação escolar deve atender à demanda dos alunos, aceitando os seus anseios e respeitando as suas diferenças. A massificação leva à exclusão. Incluir é respeitar as diferenças. (Entrevista com funcionário do GerAção/POA)

No material de análise, buscamos nos discursos produzidos pelos componentes da equipe técnica do GerAção/POA as possíveis matemáticas que seriam necessárias para os usuários serem *protagonistas da própria vida* e que se fazem presentes. Além disso, questionamo-nos sobre como a Matemática poderia ajudar no processo de inclusão por meio da capacitação dos usuários, de maneira a tornarem-se autônomos, gerirem suas escolhas e, conseqüentemente, governarem sua vida.

A inclusão não pode ser entendida apenas como resultado de pressões internacionais, culminando em políticas públicas voltadas a uma educação de qualidade para todos, mais humana e democrática. Ela deve ser vista como resultado de práticas sociais que têm como objetivo conhecer e controlar os sujeitos anormais

a
através de diferentes formas de poder. Ela é uma invenção que objetiva a normalização do indivíduo e da população (EIDELWEIN, 2012, p. 60).

O Ministério da Educação aponta que a proposta de inclusão deveria ser constituída por uma “equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento” (BRASIL, 2005, p. 9). Nesse emaranhado de discursos produzidos nos diversos campos específicos que tratam a inclusão, o professor está rodeado por diagnósticos clínicos, psicológicos e pedagógicos. São diagnósticos que legitimam verdades sobre sujeitos mediante descrições dos comportamentos e das dificuldades de aprendizagem que esses sujeitos possuem no olhar de cada profissional, restringindo e precarizando o papel da escola, que necessita encaminhar os sujeitos para outros serviços. Isso só reforça a individualização do problema e, portanto, pode provocar um processo de exclusão.

Alguns discursos sobre inclusão são naturalizados no contexto escolar, estando permeados pelos jogos discursivos de inclusão, que funcionam na perspectiva da in/exclusão escolar. Referimo-nos particularmente aos relacionados com as metodologias que propõem a individualização do ensino por meio de planos específicos de aprendizagem para o aluno de inclusão, concepção que tem como justificativa a diferença entre os alunos e o respeito à diversidade. Essa prática pode ser entendida como um processo de exclusão, uma vez que a construção desse currículo paralelo coloca o aluno de inclusão à margem do grupo em questão.

Outro discurso naturalizado é o da inclusão escolar com enfoque na integração social, um contexto de estar junto em um mesmo espaço. Fazer parte de um grupo implica compartilhar interesses e aprendizagens; portanto, separar os objetivos de natureza acadêmica e os objetivos sociais pode ser mais uma estratégia perversa de exclusão, visto que não garante condições de aprendizagem aos sujeitos de inclusão, satisfazendo-se apenas com a socialização.

Pensando na dificuldade de abranger tudo, de ensinar tudo a todos e nos contextos educacionais e estruturais das escolas, resta ao professor tentar mudar o olhar sobre a diferença e flexibilizar o currículo para assim efetivamente garantir ao aluno o processo de inclusão. Nesse contexto, o flexibilizar está direcionado ao currículo, pois neste se pode considerar a formação do grupo de alunos e nele contemplar a diversidade que o compõe.

Com efeito, as políticas de inclusão escolar enfrentam resistência às suas propostas, como da parte dos professores, que por vezes estão despreparados para trabalhar com o sujeito

de inclusão. Há, ainda, a generalização do sujeito, não se reconhecendo que o diferente é a composição de identidades culturais que o constituem.

A inclusão pode ser entendida como uma prática de governamento, uma vez que incluir possibilita aproximar o sujeito da escola. Utilizando-se de mecanismos reguladores, a inclusão, ao aproximar o sujeito, controla-o, governa-o e aproxima-o ao máximo da norma.

Discursos de inclusão e exclusão são postos pelo jogo econômico de um Estado neoliberal, em que é possível apontar duas regras: *manter-se sempre em atividade* e *todos devem ser incluídos*. Nessa lógica, um dos imperativos é: “o currículo torna-se flexível para adaptar os sujeitos às novas exigências. Exigências que enfatizam as capacidades que estão ligadas à autocorreção e à autoavaliação de um sistema que preconiza o consumo desenfreado e a seleção dos melhores, homogeneizando e, ao mesmo tempo, individualizando os sujeitos ao celebrar as diferenças”. (KLEIN, 2009, p. 157)

Tendo por base essas reflexões sobre inclusão e reconhecendo verdades naturalizadas sobre a Matemática, tais como, *a mãe de todas as ciências, a disciplina que está presente em tudo o que vemos*, em outras palavras, discursos que reforçam a posição hegemônica da Matemática, tencionamos uma discussão frente à Matemática escolar e à possibilidade de esta assumir um papel de *destaque* na in/exclusão escolar dos sujeitos (usuários) do GerAção/POA.

Essa Matemática considerada universal, inquestionável, neutra e isenta de valores, cujos conteúdos são vistos como independentes, assumindo o status de os únicos corretos, sem relações com o contexto social, cultural e político, “ocupa o lugar das disciplinas que mais reprova o aluno na escola” (SILVEIRA, 2000, p. 1). A justificativa do senso comum para essa *incapacidade* do aluno é que *a Matemática é difícil*. Nesse sentido, a Matemática já é excludente, pois, se assumirmos esses discursos como verdades imutáveis, admitiremos o discurso de que *a Matemática é para poucos* ou de que *quem sabe Matemática é inteligente*.

Considerando que esse status é assumido no contexto escolar e tomando o apontamento feito em uma das entrevistas, de que *a educação escolar deve atender à demanda dos alunos, aceitando os seus anseios e respeitando as suas diferenças*, questionamos a possibilidade de trabalharmos com uma Matemática que procura dar visibilidade à Matemática dos diferentes grupos socioculturais, para os sujeitos que são da diferença.

Com esse olhar, procuramos, nos discursos produzidos pelos funcionários do GerAção/POA, matemáticas necessárias para os usuários serem *protagonistas da própria vida*. Isso porque reconhecemos a possibilidade de uma Matemática cujo currículo possa ser flexibilizado a ponto de reconhecer no sujeito a necessidade/demanda, tomando o cuidado para que não haja a valorização de apenas *um tipo* de conhecimento.

O projeto GerAção/POA constitui-se como um espaço de aprendizagem, integração e inclusão psicossocial por meio de oficinas de trabalho e geração de renda; tomaremos esse lugar como o cenário de uma problematização frente aos conteúdos considerados oficiais e os conteúdos considerados relevantes aos usuários nas práticas de inclusão nesse ambiente.

5. Considerações Finais

Observando a descrição das oficinas, pontuamos que os conteúdos matemáticos recorrentes são oriundos da geometria e da matemática financeira. A geometria é utilizada no cálculo de áreas para determinar o aproveitamento máximo do material, o que também pode ser considerado um trabalho de educação financeira. Já a matemática financeira é observada no processo de compra, na determinação dos produtos a serem produzidos, no aproveitamento de materiais, no cálculo do valor final de um produto, no controle do caixa, na divisão de renda e na destinação de recursos para o caixa reserva para a compra de materiais.

Esses elementos são importantes, uma vez que trabalham a autogestão dos recursos financeiros. A autogestão exige conscientização, disciplina, planejamento e informação; o usuário precisa ter consciência dos gastos e entradas no orçamento.

Os usuários utilizam o conceito de razão no cálculo de sua renda mensal. Buscando no currículo escolar de duas escolas, ambas da rede pública estadual, observamos que o ensino desse conceito é realizado a partir de problemas de cálculo de quantidade de alunos de uma escola, quantidade de gols de um campeonato, comprimentos de lados de figuras geométricas, etc., o que vai de encontro ao interesse do sujeito que necessita um conhecimento matemático significativo.

Muito provavelmente, os usuários não sabem definir o conceito de razão, mas conseguem aplicar esse conhecimento na prática. No currículo da maioria das escolas, consta o conteúdo de razão no 7º ano do Ensino Fundamental. Porém, o que deveria balizar o ensino de sujeitos da diferença em uma escola é que o aluno deve saber (conteúdo), deve ter

competência (saber fazer, aplicar) e deve conviver (ter valores). Essa ideia de saber aplicar e no que aplicar é mencionada por uma das entrevistadas.

In/exclusão escolar é um tema que há algum tempo já vem sendo discutido no meio acadêmico. Alguns discursos já estão naturalizados na escola e têm gerado mudanças nas formas de ensinar, porém, como observamos nas falas dos sujeitos da pesquisa, que trabalham diretamente com sujeitos da diferença, muitas questões ainda precisam ser pensadas, por exemplo: o currículo escolar ainda é tradicional e, por ser tradicional, dificulta a inclusão de alunos que não são *normais* por não estarem na norma imposta por práticas/discursos que governam.

Uma das entrevistadas relaciona a Matemática com o afastamento dos alunos do ambiente escolar. A profissional já adiantava um dos questionamentos da pesquisa, que tinha a finalidade de verificar como a Matemática é reconhecida pelos profissionais do GerAção/POA no processo de in/exclusão e a possibilidade de ela ocupar uma posição de evasão desses sujeitos da diferença.

Excerto 1

Algumas vezes, acredito que sim, conforme a metodologia que é usada, quando fica distante da realidade e/ou dificulta o entendimento mais prático.

Excerto 2

Apesar de ser uma disciplina em que várias pessoas apresentam dificuldades, pela abstração do conteúdo, avaliamos que esta questão possa ter relação com a forma pedagógica com que este é abordado.

Excerto 3

Uma das questões que nos suscitam esta pesquisa é perceber que nem sempre a matemática ensinada em âmbito escolar deixa visível a sua aplicabilidade na vida cotidiana.

Segundo as entrevistadas, a Matemática pode dificultar o processo de inclusão no ambiente escolar. Analisando os excertos apresentados, podemos observar que é recorrente a problematização das metodologias adotadas no ensino da Matemática e o distanciamento entre esta e a realidade de um sujeito da inclusão.

Atualmente, em nossa sociedade, discursos que legitimam o que deve ser aprendido na escola estão direcionados a ferramentas que ajudem a resolver problemas rapidamente e de

maneira eficaz. Conteúdos que parecem ter pouca aplicação passam a ser considerados desnecessários de serem aprendidos frente aos conhecimentos produzidos e aplicados ao nosso dia a dia. Buscar, cada vez mais, minimizar a distância entre a realidade e o conhecimento matemático parece uma maneira de tornar a Matemática mais atraente, o que pode ajudar a minimizar o problema da exclusão pelo não-aprendizado de Matemática na escola.

É necessário problematizar sobre qual(is) Matemática(s) poderíamos ensinar na escola para sujeitos de inclusão, de forma que ela proporcione inúmeras alternativas que não somente possibilitem aos alunos a abstração de conceitos, mas que os levem a desenvolver o pensamento com criticidade e, ao mesmo tempo, com criatividade. Assim, entende-se que as matemáticas do cotidiano talvez não estejam sendo contempladas no livro didático ou apostila, mas na vivência diária e na necessidade. Cabe ao professor, portanto, a realização de investigações em suas aulas, a fim de promover um espaço propício para que a curiosidade seja incentivada nos alunos e que ela o leve à descoberta.

A vivência de uma Matemática prática e aplicável gera possibilidade de aprendizado para os usuários do GerAção/POA, mesmo que de forma incipiente. Essa possibilidade de vivência com a Matemática num espaço escolar poderia ser proporcionada se o currículo pudesse ser flexível a mudanças, tornando a Matemática mais próxima do sujeito e com menos probabilidade de ser mais um fator de exclusão.

Para que a Matemática possa tornar-se prática e aplicável, o professor deve estar disposto a reconhecer as necessidades do aluno. Com o intuito de perfilar algumas necessidades dos usuários do projeto, os membros da equipe de profissionais foram indagados sobre como os usuários gerenciam as suas finanças e se estes sentem a necessidade de aprender uma Matemática mais voltada para as suas demandas.

Refletindo sobre o processo de inclusão e considerando o atual contexto da sociedade neoliberal, é mais interessante o aluno ter um currículo que realiza a abordagem de uma matemática financeira, de forma a capacitá-lo para viver no universo da economia. Assim como ocorre o processo de reabilitação social no GerAção/POA que visa a incluir novamente os usuários na sociedade, oferecendo oficinas que proporcionam o contexto do trabalho e a gerência de finanças, o currículo escolar poderia ser flexibilizado a tal ponto que permitisse trabalhar a matemática financeira e a educação financeira, utilizando-se de ferramentas pedagógicas de forma a proporcionar momentos de aprendizagem.

Observa-se nos discursos que a equipe reconhece a necessidade de ensinar uma Matemática mais voltada às necessidades dos sujeitos da diferença e entende que um conhecimento dessa Matemática poderia mudar a forma como os usuários gerenciam o seu dinheiro, tornando-os mais autônomos.

Uma vez que reconheceram a importância de ensinar a Matemática aos usuários, as entrevistadas foram indagadas sobre a existência de um profissional preparado para auxiliar os usuários nas suas finanças e sobre a necessidade de um profissional da área nas oficinas.

Uma das entrevistadas diz que não há equipe específica para coordenar as finanças, pois não há regras para essa gerência, ou seja, em grupo é que se define a gestão do dinheiro. Contudo, apesar de não existir uma equipe especializada que atue no projeto, utilizam-se parceiros que desenvolvem atividades para a aprendizagem do conceito e aplicação nas oficinas. Mesmo assim, quando as entrevistadas são indagadas sobre a necessidade de aprender Matemática, reconhecem a importância de desenvolverem espaços de aprendizagem de Matemática, pois assim os usuários poderiam possuir mais uma ferramenta para sua autogestão, podendo executar o aprendizado também na sua vida pessoal.

Para finalizar, resalto a necessidade de um currículo flexibilizado que contemple a realidade social e financeira, a fim de preparar o usuário para a sociedade. Um currículo que pense em ações práticas que possibilitem ensinar o usuário a: consumir e a poupar de modo consciente e responsável, tomar decisões autônomas baseadas em mudança de atitude, compreender a linguagem do mundo financeiro, planejar em curto, médio e longo prazo, proporcionar possibilidades de mudança da condição atual. Tudo isso a partir de conhecimentos e competências de um ensino prático pautado na educação financeira.

A partir de todas essas reflexões, cabe a cada um de nós pensar a inclusão na perspectiva de grupo (sem individualizar ações), respeitando a diversidade que o compõe. Ressaltando a fala de uma das entrevistadas, *a educação escolar deve atender à demanda dos alunos, aceitando os seus anseios e respeitando as suas diferenças*, podemos pensar na possibilidade de uma Matemática cujo currículo possa ser flexibilizado a ponto de reconhecer no sujeito a necessidade/demanda, preparando-o para uma vida mais autônoma.

Destacamos que, particularmente para os usuários do GerAção/POA, é importante a matemática voltada à geometria e à matemática financeira, pois essas são as demandas que minhas análises trouxeram para a visibilidade.

Criando algumas relações entre inclusão, saúde mental e matemática escolar, podemos apresentar uma das muitas “verdades” que poderiam ser legitimadas, a de que a matemática

ensinada na escola do jeito que é para alunos de inclusão é mais um obstáculo para eles serem incluídos. O ensino da matemática focando a geometria e a parte financeira e respeitando as peculiaridades que os sujeitos desse projeto possuírem poderia ser olhada como mais uma estratégia para que os usuários possam construir sua trajetória de inclusão pelo projeto GerAção/POA.

6. Referências

- BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *Linguagem-Estudos e Pesquisas*, Catalão-GO, vol. 15, n. 1, p. 171-182 jan./jun. 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília, 2005.
- BRASIL, Ministério da Saúde. A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo. Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/construcao_do_SUS_2006.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf> Acesso em: 06 jun. 2015.
- EIDELWEIN, Monica Pagel. O jogo discursivo da inclusão: práticas avaliativas de in/exclusão na Matemática Escolar. Tese de Doutorado, PPGEDU/UFRGS, 2012.
- FERREIRA, Carmen Vera Passos; ORTIZ, Jussara Nunes; BARFKNECHT, Kátia S.; SENNA, Leila Botelho. GerAção POA oficina saúde e trabalho: gerando ação em Porto Alegre. In: LEITE, Loiva dos Santos, SCARPARO, Helena, Miriam Dias; DOS SANTOS, Sara Jane Escouto (Orgs.). Saúde Mental ConVida: Registro da Trajetória da Saúde Mental na Cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: SMS, 2013.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2000.
- KLEIN, Rejane Ramos. Reprovação escolar: prática que governa. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). Inclusão escolar: Conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- KNIJNIK, Gelsa. Currículo, cultura e saberes na educação matemática de jovens e adultos: um estudo sobre a matemática oral camponesa. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/12_34_20_CURRICULO,_CULTURA_E_SABERES_NA_EDUCACAO_MATEMATICA_DE_JOVEN.pdf> Acesso em: 21 jul. 2015.
- LOPES, Maura Corcini. Inclusão: A invenção dos alunos na Escola. In: RECHIO, Cinara Franco; FORTES, Vanessa Gadelha. A educação e a inclusão na contemporaneidade. Boa vista: Editora da UFRR, 2008.
- LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica (Orgs.). Inclusão escolar: Conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- PACHECO, Milena Leal. Saúde mental e economia solidária: trabalho como dispositivo de autonomia, rede social e inclusão. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura– UnB. Brasília, 2013.